



Uma percepção crítica da estratégia militar terrestre brasileira

Leonardo Ramalho Rodrigues Alves*

RESUMO

O artigo apresenta uma análise crítica do pensamento militar até hoje responsável pelo estabelecimento da estratégia militar terrestre brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Estratégia; estratégia terrestre; anacronismo, isolamento, desequilíbrio e defensiva estratégica.

"A realidade é única, as visões são múltiplas."

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A instituição Exército Brasileiro tem contribuído concreta e positivamente na construção do Estado nacional. Na expansão, na consolidação e na manutenção da base territorial fez-se e faz-se presente, assegurando a soberania sobre amplo espaço geográfico - o berço esplêndido a que faz referência o Hino Nacional - que pela diversidade, pela dimensão e pela posição geográfica, *a priori*, são ele-

mentos favoráveis a existência de uma grande civilização.¹

Ademais, por força da formação dos quadros profissionais, desempenhou papel ativo na vida política, seja coadjuvando grupos na luta pelo poder, seja impulsionada por ideologia própria, alimentada por uma visão endógena da evolução social, política e econômica do Estado.²

Acredita-se que a percepção de si mesma e a leitura da realidade nacional foram influenciadas, sobretudo, pelo positivis-

* Tenente-Coronel de Cavalaria e Estado-Maior.

¹ Haushofer, geopolítico alemão, difundiu o conceito de autarquia - de ampla base geográfica que seria auto-suficiente em recursos naturais e, dessa forma, poderia se desenvolver, mais ou menos, de forma independente. Ver *Teorias geopolíticas*, de Octávio Costa, p.64; BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1984.

² Há três concepções básicas sobre o papel das Forças Armadas (FA), e em particular do Exército, na vida política da Nação: uma concepção assinala as FA como o instrumento das elites nacionais, outra como força moderadora ou poder moderador; por fim, há uma corrente de pensamento que entende que as FA tem um projeto próprio de poder.

mo. O que significa isso? Sinteticamente, é possível que a Força tenha se atribuído um papel funcional mais social que profissional, posicionando-se como o instrumento moldador de civismo no Brasil que era, à época dessa formulação filosófica, rural e composto por massas analfabetas.

Outra influência é do pensamento cartesiano, metódico, na construção e na constatação das verdades, porém, notadamente, pouco sensível para captar todas as nuances sociais e políticas de uma sociedade tão plural, complexa e dinâmica, quanto à brasileira.

Embora, a historiografia tenha selecionado a Guerra Brasília e o seu evento magno – a Batalha de Guararapes – como o fato histórico balizador da origem do Exército, a sua efetiva e real organização deu-se após a Independência com a Constituição de 1824. A partir daí, é possível assinalar, claramente, a trajetória da instituição, tanto sob parâmetros técnicos, quanto políticos.

Mesmo sendo a formação do pensamento e a ação política do Exército temas riquíssimos e pouco explorados na instituição, neste artigo a abordagem técnica tenderá a prevalecer sobre os aspectos ideológicos. A propósito, é mais comum encontrar-se estudos sobre a política das forças militares em autores americanos especializados em história do Brasil conhecidos como “*brazilianistas*”³.

Na verdade, o nível da ciência militar em que transita o texto não permite o

afastamento da ciência política, tanto é que a própria metodologia de planejamento estratégico do Exército – SIPLEX – estabelece a interface em uma de suas etapas (SIPLEX 3 – Política Militar Terrestre).

ESTRATÉGIA: DIALÉTICA OU CARTESIANA

Tratando-se de estratégia, cabe mencionar o General Andre Beaufre que assinala a influência de fatores materiais e imateriais na definição de uma estratégia militar nacional. Embora reconheça a importância de ambos os fatores, destaca, sobretudo, o segundo. De fato, a vontade⁴ – elemento essencialmente psicológico – demanda recursos materiais para alcançar os objetivos impostos pela política. Entenda-se por recursos materiais o poder econômico disponível de um Estado.

Tem-se propugnado, e entende-se que é uma asserção politicamente correta, que um exército não pode ser melhor que a nação a que deve servir. De fato cada nação constitui o exército que seus recursos possibilitam. Aceita-se, *a priori*, esse fator como permanente e invariável, não pode ser mudado e será respeitado.

No entanto, é crível que possam existir fatores imateriais, intermitentes e variáveis, no tempo e no espaço, que possam influenciar, em menor ou maior grau, a concepção estratégica militar.

Esses podem ser agrupados em externos e internos à própria corporação. Como

³ Robert A. Hayes é um dos *brazilianistas*, autor de *A Nação Armada-A Mística Militar Brasileira*, BIBLIEX, e apresenta uma análise da evolução política do Exército brasileiro, desenvolvendo considerações sobre conceitos como soldado cidadão e soldados salvadores da pátria.

⁴ Para o general Beaufre, em resumo, a estratégia é a luta dialética das vontades. Ver *Introdução à estratégia*, p. 27; BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1998.

externos, por exemplo, assinalam-se a vontade do estamento civil da nação, o grau de controle do Estado sobre a força militar, o nível de preparação e de participação dos civis na definição das estratégias militares e o equilíbrio institucional e político da nação.

Quanto aos internos, citam-se a própria percepção que a força tem do seu papel na história da nação, o nível de politização, a frequência com que foi empregada em conflitos internos e externos e a tradição.

Os fatores intermitentes e variáveis podem ser percebidos de maneiras distintas, podem-se ajustar de formas diferenciadas e, finalmente, podem admitir estratégias heterodoxas, consoante um jogo mais dialético do que cartesiano.

PRIMEIRA CRÍTICA: O ANACRONISMO

Como regra, as prioridades estratégicas para a força militar brasileira foram, historicamente, as fronteiras terrestres e os centros de poder político. De sorte que, confrontando-se a distribuição de tropas ao final do século XIX com o que existe atualmente, não se identifica sensível diferença.⁵

Diga-se, para maior verossimilhança, que quando se registra prioridade histórica para as fronteiras, refere-se às do condomínio da Bacia do Prata e, em segundo plano, para as do Oeste. Somente, nas últimas décadas do século XX, as lindes ama-

zônicas assumem maior importância no planejamento militar.

Essa última consideração é significativamente ilustrada pela opinião de um autor militar que considera a Amazônia até meados do século passado como um teatro de operações externo, tal o insulamento da área e o alheamento da Nação em relação a ela.

De fato, a concepção básica da estratégia militar terrestre foi estabelecida pelos portugueses e tem como marcos a fundação do Forte do Presépio, a atual Belém, em 1616, e da Colônia do Sacramento, hoje território uruguaio, em 1680⁶. Grosso modo, trata-se de manutenção de reservas no núcleo geográfico e histórico (eminente-mente litorâneo) e o estacionamento de forças de segurança na fronteira.

Além disso, a ação política permanente, desde o final da Guerra da Tríplice Aliança até 1985, levou à hipertrofia da estratégia da presença, legada pelos portugueses, de tal forma que ela se tornou mais que uma estratégia militar de permanência física em todo o país, para assegurar um mínimo grau de segurança, para efetivamente configurar-se em onipresença política da instituição na vida da Nação.

Isto posto, apresenta-se como tese, que a atual estratégia militar terrestre brasileira é anacrônica, pois atende às demandas de segurança que remontam, sem exagero, ao período colonial. Ademais, não atende adequadamente às novas perspectivas sinalizadas na Política de Defesa Nacional que apon-

⁵ Nos livros *os Mercenários do Imperador e História Administrativa do Brasil*, publicados, respectivamente, pela BIBLIEX e FUNCEP, tem-se uma razoável noção da distribuição dos efetivos no Império e no período republicano.

⁶ Em *Navegantes, bandeirantes e diplomatas*, publicado pela BIBLIEX, o ministro Synesio Sampaio Goes Filho registra a formação das fronteiras do Brasil, destacando o alargamento, a partir de Tordesilhas, da base física pelos bandeirantes e a ação diplomática para o reconhecimento das atuais fronteiras pelos nossos vizinhos.

tam para a proeminência futura das ações de defesa externa.

**SEGUNDA CRÍTICA:
O ISOLAMENTO PELA AUTO-SUFICIÊNCIA
DA FORÇA TERRESTRE**

Destacam-se como peculiaridades significativas no perfil da estratégia militar terrestre o fato de ela ter sido elaborada sem a participação de setores civis e a relativa ausência de coordenação entre as três forças singulares.

A exclusão dos civis dos assuntos militares, sem estabelecer juízos de valor sobre a questão, é patente; basta recordar que ao longo de todo período republicano apenas um civil ocupou a pasta da Guerra. Ao refletir-se sobre a causa, ou as causas, dessa dissonância encontrar-se-á um clima de desconfiança mútua e de preconceitos recíprocos entre militares e civis.

Não estaria de todo incorreto asseverar-se que um dos antecedentes desse cisma cívico pode ser encontrado no fechamento da Assembléia Constituinte em 1823, acirrando o ânimo dos civis contra os militares⁷; em contrapartida, outro antecedente, dessa feita criando animosidade da parte dos militares, estaria no tratamento inadequado dispensado pelas elites civis aos vencedores da guerra da Tríplice Aliança.

Esses estremecimentos institucionais induziram a exacerbada sensibilidade dos

militares pelos assuntos internos, o que os levou a participar de, praticamente, todas as convulsões intestinas do período republicano. A propósito, Frank D. MaCaan, Jr.⁸, outro brazilianista, assinala as desconfianças dos americanos em relação à capacidade operacional da oficialidade brasileira integrante da FEB, uma vez que essa tinha somente experiência de combate em escaramuças internas.

Dito isso, registra-se como tese que a seleção de estratégias terrestres é clara e evidentemente influenciada por essa sensibilidade hipertrofiada, de modo que os militares brasileiros foram estimulados

a identificar as maiores ameaças à ordem institucional e à integridade territorial no âmbito interno.

Outra peculiaridade destacada é a relativa ausência de coordenação entre as três forças singulares. Antecipadamente, ressalta-se a existência do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), órgão de criação posterior à Segunda Grande Guerra, a quem, organizacionalmente, caberia o planejamento das operações conjuntas ou combinadas das três forças singulares.

Na prática não se sentiu a ação do EMFA; estudos doutrinários e distribuição de suprimentos talvez sejam as atividades mais visíveis do organismo.

O fato é que não se tem experiência de integração entre as três forças singulares.

*A atual estratégia
militar terrestre brasileira
é anacrônica, pois atende
às demandas de
segurança que remontam,
sem exagero,
ao período colonial.*

⁷ Oliveiros S. Ferreira, em *Forças Armadas, Para quê?*, apresenta uma comparação dos artigos constitucionais, desde a Magna Carta de 1824, que fazem referências às forças armadas e que refletem o relacionamento entre os dois estamentos da sociedade.

⁸ Autor de *A Aliança Brasil-EUA de 1937/1945*. No capítulo 14 - Cobras Fumando - McCann menciona as agruras na preparação da FEB, no Brasil, e nas ações no teatro europeu.

Pode-se falar em ações conjuntas na guerra da Tríplice Aliança, alguma coordenação durante a Segunda Guerra Mundial nas ações no litoral brasileiro, mas, se formos criteriosos, concluir-se-á que foi feito muito pouco.

O que se quer registrar é que a relação entre as forças singulares não foi, historicamente, equilibrada, existindo sempre a preponderância da força militar terrestre. A Aeronáutica e a Marinha permaneceram como elementos coadjuvantes, de modo que preponderou a mentalidade defensiva e territorialista do Exército (ocupação e presença).

Como corolário, assevera-se, com pouca margem de erro, que se não fosse a pressão dos americanos na Segunda Guerra Mundial, a Força Expedicionária Brasileira nunca existiria, já que o acanhamento ou a introversão estratégica, bem como a vocação para a política interna anestesiavam os estrategistas do Exército.

TERCEIRA CRÍTICA: O DESEQUILÍBRIO NA DISTRIBUIÇÃO DE FORÇA OU O TROPISMO LITORÂNEO E URBANO

Prosseguindo, introduzir-se-á, como instrumento de análise do modelo estratégico terrestre brasileiro, a geopolítica, com o intuito de sustentar a terceira tese: a do desequilíbrio estratégico na distribuição das forças militares.

Há vários conceitos para a geopolítica⁹. Nós destacamos o que faz referência à aplicação da política na exploração dos espaços geográficos¹⁰, pois admite a compreensão da dimensão e natureza da ação portuguesa na configuração do território brasileiro. De fato, já em Tordesilhas, a aguçada intuição portuguesa, segundo o ministro Synesio Sampaio Goes Filho¹¹, vislumbrava a possibilidade de terras a oeste das rotas marítimas para as Índias.

Inicialmente, no século XVI, pensou-se ter descoberto uma ilha - origem do mito da Ilha Brasil¹² -; tateando a costa, chegou-se a dois grandes estuários: um ao norte, o Amazonas, e outro ao sul, o Rio da Prata. Séculos de lutas e epopéias, os mais de 15.000 km de fronteiras terrestres se consolidaram incluindo, parcialmente, as bacias desses dois rios e a área de transição entre elas no *hinterland* continental.

No passado, o problema militar para os colonizadores foi defender esse imenso patrimônio natural dispondo de poucos recursos humanos e materiais. A soberania portuguesa seria sustentada pela presença em pontos-chave do território, pelo uso de forças milicianas e por diplomacia, muita diplomacia.

Afirmam os especialistas que o Brasil é uma nação geopoliticamente satisfeita¹³. Todavia a nossa civilização continua litorânea, subsistem espaços interiores a serem desenvolvidos e, notoriamente, possuímos

⁹ A geopolítica é uma ciência comparativa. No Brasil, os maiores estudiosos em geopolítica estão nos meios castrenses. Existem brilhantes exceções no meios civis, entre eles podem-se citar os nomes de Everardo Backehauser e Theresinha de Castro.

¹⁰ O conceito é assinalado em *Teorias Geopolíticas*, BIBLIEX, 1984, do Coronel Octavio Costa.

¹¹ Ver *Navegantes, bandeirantes e diplomatas*.

¹² Idem.

¹³ Temos o nosso *lebensraum* (espaço vital). Ver *O Brasil e a Nova Ordem Mundial*, trabalho elaborado pela professora Terezinha de Castro para a ESG; Rio de Janeiro, 1995.

a soberania sobre uma área que desperta a cobiça do mundo, a Amazônia.

Há de se considerar que já se vislumbra a necessidade de assumir maiores responsabilidades no continente e almeja-se uma posição de maior proeminência na comunidade internacional. Serão novos impulsos geopolíticos?¹⁴.

Se for real esse entendimento, essas pretensões deverão ser sustentadas por uma força militar compatível, assim indica o pragmatismo no relacionamento entre as nações.

Portanto, se o problema militar de assegurar a soberania sobre amplo território persiste, as dificuldades, também; e embora surjam outras variáveis – a Amazônia, a mais importante – a estratégia militar permanece a mesma de antanho: grosso modo, forças de segurança na fronteira, reservas na faixa litorânea.

Por hipótese, se observarmos o dispositivo estratégico – literalmente de costas para o oceano – visualiza-se que as ameaças externas consideradas permanecem predominantemente nas fronteiras terrestres; que o efetivo concentra-se nas proximidades da linha litorânea, refletindo condicionamento histórico; e que, sob outro enfoque geográfico, destaca-se a concentração de tropas no

centro-sul do país, decorrência de atração pelos centros de poder político¹⁵.

Definitivamente esses elementos sugerem um desequilíbrio na articulação de forças. Embora como estudioso militar entenda as justificativas, não há como considerar que elas são francamente mais políticas e histórico-culturais do que estratégicas.

*Afirmam os especialistas
que o Brasil é uma
nação geopoliticamente satisfeita.
Todavia a nossa civilização
continua litorânea, subsistem
espaços interiores a serem
desenvolvidos e, notoriamente,
possuímos a soberania sobre uma
área que desperta a cobiça
do mundo, a Amazônia.*

**QUARTA CRÍTICA:
A MENTALIDADE
DEFENSIVA
OU O ACANHAMENTO
ESTRATÉGICO**

Em sentido amplo, pensar em organização nacional¹⁶ é refletir sobre a alma nacional. Individualismo, hedonismo, complexo de inferioridade e pessimismo parecem características menos nobres do brasileiro¹⁷.

Merece destaque a concepção enraizada da bonomia presente na civilização brasileira. É uma auto-imagem construída com intenções ideológicas, um produto para consumo externo e, principalmente, interno.

Gilberto Freire amenizou as relações escravagistas no antológico *Casa Grande e Senzala*; os românticos, como José de Alencar, idealizaram os índios; e a historiografia pasteurizou os morticínios das convulsões internas e guindou ao alto, dentre

¹⁴ No *Almanaque Abril 2000*, no verbete Forças Armadas, o coronel e pesquisador da Unicamp, Geraldo Cavagnari expõe a idéia de um perfil estratégico compatível com esses impulsos assinalados. Ver *Plano Estratégico*, p. 56.

¹⁵ Tal é a atração política que, em 17 capitais estaduais, existem grandes unidades terrestres, comandadas por oficiais gerais do Exército; nas demais, pelo menos uma unidade da Força.

¹⁶ Alberto Torres é um político com atuação nos meados do século XX, que apresenta reflexões interessantes sobre a questão. Vide *Ideas(sic) de Alberto Torres*, de Alcides Gentil. Cia Editora Nacional, 1938.

¹⁷ Apud Synesio Sampaio Goes Filho. Menciona-se Gilberto Freire como propugnador da valorização de nossa condição de mestiço.

elas, aquela que forneceu apenas um cadáver, o protomártir cívico.

Ademais, é plausível admitir-se que os nossos vizinhos não nos enxerguem como intrinsecamente pacíficos, já que quase todos computam perdas territoriais para o Brasil.

Embora, a princípio, ser bom seja algo desejável, admite-se que possa ter algum efeito daninho no coletivo nacional essa imagem introjetada na consciência nacional. Uma conseqüência, talvez, seja a ausência de um projeto nacional de grandeza, algo como criar uma grande civilização latina e atlântica no hemisfério meridional, crescendo em oposição aos anglo-saxões e seus herdeiros.

A despeito do caráter opinativo das proposições acima, supõe-se, por tese, que sendo verdadeiras, influenciariam negativamente na adoção de posturas estratégicas mais ofensivas.

A SÍNTESE PARCIAL EM FACE DA DIMENSÃO E COMPLEXIDADE DA QUESTÃO ABORDADA

Sinteticamente, a percepção crítica, exposta neste ensaio, à estratégia militar terrestre brasileira consubstancia-se em quatro teses:

- a primeira, a de que ela é anacrônica, bem como conservadora, porque a instituição militar é pouco permeável às influências externas, uma vez que valores internos

como tradição, corporativismo e alto grau de especialização são basilares na mentalidade militar brasileira¹⁸.

- a segunda, a de que ela é formulada para atender, principalmente, às demandas internas de segurança; dito de outra forma: é tímida sob a perspectiva de política externa;

- a terceira, a de que a articulação das forças militares é espacialmente desequilibrada, possivelmente por ser mais sensível a critérios políticos e de tradição;

- por fim, a quarta é a de que possui o caráter eminentemente defensivo¹⁹, uma atitude subjetiva reforçada, psicologicamente, pelo pressuposto de servir a uma sociedade intrinsecamente pacífica.

É justo salientar o orgulho pelo progresso alcançado pela civilização brasileira, embora tenhamos pouco mais de duzentos anos de organização política, assim como é motivo de orgulho pertencer à instituição que garante a soberania e o patrimônio nacional e tem colaborado com o desenvolvimento do país. Sem exagero ou ufanismo, tem-se no Exército uma das reservas morais e de patriotismo da nacionalidade.

No entanto, sob o enfoque dialético, pressupõe-se que o dinamismo da sociedade nacional e internacional demanda posturas e atitudes estratégicas que evoluam com a mesma velocidade.

Ao passo que observa-se a história militar mostrar que as mudanças substanti-

Pressupõe-se que o dinamismo da sociedade nacional e internacional demanda posturas e atitudes estratégicas que evoluam com a mesma velocidade.

¹⁸ Ver *O soldado e o estado*, de Samuel Huntington, BIBLIEX, 1996. Em particular o capítulo *Oficialato como profissão*.

¹⁹ Oliveiros S. Ferreira em *Forças Armadas, para quê?*, editora GRD; São Paulo, 1988, assinala que o Marechal Castelo Branco fazia referência a um certo complexo defensivo (sic) brasileiro na concepção estratégica militar terrestre.

vas e os grandes saltos qualitativos na estrutura militar terrestre brasileira foram posteriores a crises. Como exemplo, assinalamos a guerra da Tríplice Aliança e as duas guerras mundiais. Note-se bem que esses grandes impulsos portadores de mudanças na Força são exógenos à instituição.

Por fim, percebe-se um clima favorável na atual conjuntura, com o estabelecimento de uma política de defesa nacional, iniciativa de um governo civil, de um ministério da defesa, também da iniciativa civil, e da incipiente, mas bem-vinda, discussão de temas atinentes à estratégia

militar em fóruns universitários, também uma iniciativa civil.

Tudo isso leva a se ponderar que se está diante de um sinal bastante significativo, evidente e, principalmente, irreversível de que o monopólio dos assuntos e atividades militares está sendo revisto pela sociedade. Essa atitude pode ser entendida de duas formas: uma como revisionismo revanchista de setores da sociedade, ou como um passo fundamental para a total profissionalização da instituição militar, uma transição do Exército político (séculos XIX e XX) para o Exército profissional do novo milênio. ☉

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Homens ou Fogo?

Samuel Lyman Atwood Marshall

Durante a Segunda Guerra Mundial, o autor, entrevistando grande número de soldados americanos, concluiu que somente cerca de 25% realmente utilizavam seu armamento.

Meio século após, apesar da evolução tecnológica dos meios de combate, as condições humanas permaneceram imutáveis. Este trabalho acentua a importância do elevado treinamento, da disciplina e, sobretudo, da comunicação, com a finalidade de sobrepujar o efeito paralisante do combate moderno.

O adequado planejamento para familiarizar o homem com as diferentes formas de perigo que vai encontrar é o que condicionará o comportamento humano para o controle do verdadeiro inimigo no campo de batalha – o medo!